

CÂMARA MUNICIPAL DA



RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ
Avenida Vieira Guimarães, 54
2450-951 Nazaré

JM RIBEIRO DA CUNHA & ASSOCIADOS,
SROC, LDA
Av. José Gomes Ferreira, Nº 11, Sala 54.
1495-139 Algés

ÂMBITO DO TRABALHO

Exmos. Senhores.

Por proposta do executivo da Câmara Municipal da Nazaré (doravante “CMN”), e por aprovação da Assembleia Municipal datada de 22 de novembro de 2019, foi a JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda nomeada para a realização da auditoria às contas do Município da Nazaré, relativos ao exercício de 2021.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Examinámos as demonstrações financeiras da CMN, as quais compreendem o Balanço em 30 de junho de 2021, (que evidencia um total de 53.631.752 euros e um Património Líquido de 19.372.644 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 216.463 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 8.620.936 euros de despesa paga e um total de 9.614.449 euros de receita cobrada).

PROCEDIMENTOS

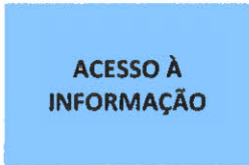
Nos termos da alínea d) do n.º 2. do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresentámos a opinião sobre a situação económica e financeira do Município da Nazaré, à data de 30 de junho de 2021.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) para revisões limitadas e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

O trabalho de revisão limitada permite obter uma segurança razoável sobre a qualidade da informação financeira. Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) pelo que não emitimos uma Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras intercalares.

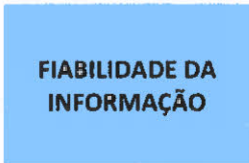


Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



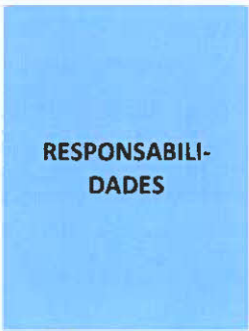
**ACESSO À
INFORMAÇÃO**

O nosso trabalho teve por base a informação contabilístico-financeira produzida pelo Município, bem como, toda a informação resultante das diversas reuniões tidas com os diversos serviços.



**FIABILIDADE DA
INFORMAÇÃO**

Os documentos de Prestação de Contas elaborados pela CMN não têm nem a profundidade nem a extensão da informação prestada, no final do exercício.



RESPONSABILIDADES

É da responsabilidade do Executivo Camarário a preparação das Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e os resultados das suas operações, bem como a adoção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.



**NORMATIVO
(SNC-AP)**


A CMN apresenta as suas Demonstrações Financeiras com base no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos e de acordo com os princípios contabilísticos previstos no SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro.



**TRABALHO
DESENVOLVIDO**

De entre um conjunto de procedimentos realizados salientamos os seguintes:

1. Acompanhámos a atividade da CMN, através de reuniões havidas com os responsáveis dos serviços, da leitura de atas e outros documentos relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
2. Efetuámos as verificações e os exames aos livros e registos que nos permitiram concluir que as políticas e critérios contabilísticos adotados se encontram em conformidade com as disposições em vigor;

- 
3. Verificámos a conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas, os mapas de execução orçamental com as normas constantes no SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro.
 4. Verificámos a concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras;
 6. Em cumprimento da nossa missão efetuámos os testes substantivos que, em face das circunstâncias, julgámos adequados.

**LIMITAÇÕES DE
ÂMBITO**

O trabalho desenvolvido não esteve sujeito a qualquer restrição e / ou limitação de âmbito.

SÍNTESE DE AUDITORIA

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

RÚBRICAS	31/12/2020	30/06/2021
ATIVO		
Ativo Não Corrente		
Ativos Fixos Tangíveis	40 707 959	40 184 954
Propriedades de Investimento	0	0
Ativos Fixos Intangíveis	318 327	320 521
Participações Financeiras	5 142 539	4 664 641
Outros Ativos Financeiros	1 658 122	1 658 122
Ativo Corrente		
Inventários	86 557	120 441
Devedores por transferências e subsídios	170 617	168 520
Clientes, contribuintes e utentes	51 773	50 691
Estado e outros entes públicos	0	0
Outras Contas a Receber	1 027 117	1 549 055
Caixa e Depósitos	3 748 231	4 871 363
Diferimentos	32 469	43 444
Total Ativo	52 943 710	53 631 752
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património	12 811 255	12 811 255
Reservas	307 676	307 676
Resultados Transitados	(2 131 567)	(1 740 774)
Ajustamentos em ativos financeiros	(4 805 719)	(4 805 719)
Outras Variações no Património Líquido	12 104 274	13 016 669
Resultado Líquido	390 793	(216 463)
Total Património Líquido	18 676 713	19 372 644
PASSIVO		
Passivo Não Corrente		
Provisões	1 880 177	30 177
Financiamentos Obtidos	28 893 745	30 992 585
Outras contas a receber	835 867	965 076
Passivo Corrente		
Credores por transferências e subsídios concedidos	0	0
Fornecedores	303 306	367 725
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	0	0
Estado e outros entes públicos	42 578	144 913
Financiamentos obtidos	988 594	615 667
Fornecedores de investimentos	586 357	96 714
Outras Contas a pagar	736 373	1 046 250
Diferimentos	0	0
Total Passivo	34 266 998	34 259 107
Total Património Líquido e Passivo	52 943 710	53 631 752

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

RENDIMENTOS E GASTOS	30/06/2020	30/06/2021
Impostos, contribuições e taxas	3 385 870	4 064 102
Vendas	60 426	79 376
Prestações de serviços e concessões	41 406	35 312
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	2 162 755	2 251 468
Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associada:	(16 782)	(477 898)
Trabalhos para a própria entidade	0	0
CMVMC	(46 608)	(32 608)
Fornecimentos e serviços externos	(1 361 825)	(1 696 335)
Gastos com Pessoal	(2 269 086)	(2 451 756)
Transferências e subsídios concedidos	(584 722)	(1 109 700)
Prestações sociais	(741)	0
Imparidades de dívidas a receber (perdas)	0	0
Provisões (reduções)	(43 962)	0
Imparidade de activos não depreciáveis (perdas/reversões)	0	0
Outros rendimentos e ganhos	567 187	544 745
Outros gastos e perdas	(460 045)	(147 541)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	1 433 872	1 059 165
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(879 465)	(1 027 516)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	554 407	31 649
Juros e rendimentos similares obtidos	7 949	17 247
Juros e gastos similares suportados	(270 524)	(265 358)
Resultados antes de impostos	291 832	(216 463)
Imposto sobre o rendimento	0	0
Resultado Líquido do Exercício	291 832	(216 463)

2. CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

2.1. Enquadramento da entidade

O Município da Nazaré é um município de média dimensão, constituído por três freguesias (Famalicão, Nazaré e Valado dos Frades), e uma população residente de cerca de 15.000 habitantes, com uma área geográfica de 82,5 km².

Apresentado uma economia local assente na terciarização, muito por força do incremento do turismo e da prestação de serviços associada a atividade. A agricultura, continua a ter um papel relevante nas Freguesias de Famalicão e Valado dos Frades, onde existem importantes explorações agrícolas. Acresce a atividade piscatória, igualmente relevante na economia local.

A nível socioeconómico o Município possui um índice de poder de compra superior à média nacional. A aposta na promoção e divulgação do concelho da Nazaré, tem vindo a atrair maior número de visitantes.

Entre outras, nos termos da lei, compete à Câmara Municipal:

- Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal;
- Apoiar ou comparticipar no apoio à ação social escolar e às atividades complementares no âmbito de projetos educativos, nos termos da lei;
- Organizar e gerir os transportes escolares;
- Deliberar sobre a concessão de apoio financeiro, ou outros, a instituições legalmente constituídas tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas do município;
- Deliberar sobre a atribuição de subsídios a instituições legalmente existentes, visando a concessão de benefícios sociais;
- Aprovar os projetos, programas de concurso, caderno de encargos e a adjudicação relativamente a obras e aquisições de bens e serviços;
- Deliberar sobre a administração de águas públicas sob sua jurisdição;
- Promover a publicação de documentos, anais ou boletins que interessem à história do município;

- Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos; e
- Remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da lei, as contas do município.

A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do município. Acompanha e fiscaliza a atividade da Câmara Municipal. Em cada sessão, a Assembleia Municipal, aprecia a informação que é prestada pelo Presidente da Câmara sobre a atividade desenvolvida e situação financeira

A Assembleia Municipal tem cinco sessões ordinárias anuais, nos meses de fevereiro, abril, junho, setembro e novembro.

As principais competências da Assembleia Municipal são:

- Acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal;
- Solicitar e receber informações sobre assuntos de interesse para a Autarquia;
- Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para estudo dos problemas relacionados com os interesses da autarquia no âmbito das suas atribuições;
- Tomar posição perante os órgãos do poder central sobre assuntos de interesse da Autarquia;
- Pronunciar-se e deliberar sobre assuntos que visem a prossecução dos interesses próprios da autarquia.

Sob proposta ou pedido de autorização da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal pode ainda:

- Aprovar posturas e regulamentos;
- Aprovar o plano de atividades e o orçamento, bem como as suas revisões;
- Aprovar anualmente o relatório de atividades, o balanço e a conta de gerência;
- Aprovar medidas preventivas, normas provisórias, áreas de desenvolvimento urbano prioritário e planos municipais de ordenamento do território;
- Aprovar empréstimos, nos termos da lei;
- Aprovar os quadros de pessoal dos diferentes serviços do município e fixar nos termos da lei, o regime jurídico e a remuneração dos seus funcionários;
- Autorizar a Câmara Municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior ao imposto pela lei;
- Estabelecer taxas municipais e fixar os respetivos quantitativos;

- Deliberar quanto à criação de derramas destinadas à obtenção de fundos para a execução de melhoramentos urgentes;
- Autorizar, quando se presume que disso resulte benefício para o interesse comum, a prática, por parte das Juntas de Freguesia, de atos da competência da Câmara Municipal.

2.2. Quadro de Pessoal do Município

O Município, no final do 1.º semestre de 2021, dispunha de 243 funcionários o que representa um aumento de 25% relativamente ao período homologo (194 funcionários). Neste semestre, as entradas e saídas de funcionários foram de, respetivamente, 10 e 6 funcionários.

2.3. Estrutura de Rendimentos e Ganhos a 30 de junho de 2021

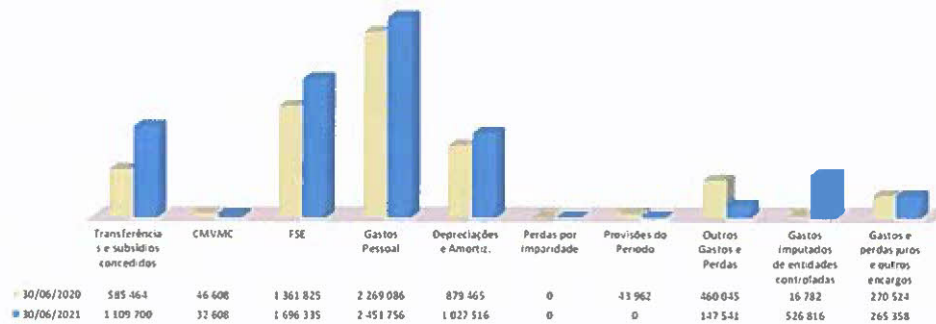


Unidade: Euro

À data de 30 de junho de 2021, o total dos rendimentos do Município ascende a 7.041.169 euros, o que representa um aumento de cerca de 13,1% relativamente ao período homólogo.

Conforme se pode verificar no gráfico supra, as rubricas de “Impostos, Contribuições e Taxas” e de “Transferências e subsídios correntes obtidos” são as mais representativas dos rendimentos obtidos e que detêm 90% do total dos mesmos.

2.4. Estrutura de Gastos e Perdas a 30 de junho de 2021



Unidade: Euro

À data de 30 de junho de 2021, o total dos gastos do Município ascende a 7.257.632 euros, o que representa um aumento de 22%, relativamente ao exercício anterior.

Conforme se pode verificar no gráfico supra, as rubricas com maior peso no total dos gastos são: Gastos com Pessoal, com 34%; Fornecimentos e Serviços Externos, com 23%; Transferências e subsídios concedidos, com 15%; e por fim, gastos com depreciações e amortizações, com 14%. No seu conjunto, representam 87% do valor global dos gastos.

3. SÚMULA DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES

3.1. ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRAS

3.1.1 – BALANÇO

À data de 30 de junho de 2021, o total do ativo da CMN ascendia a 53.631.752 euros, apresentando a seguinte estrutura:

ATIVO	31/12/2020	30/06/2021	Variação		Estrutura
			Valor	%	
Ativo Não Corrente	47 826 947	46 828 238	(998 709)	(2,1%)	87,3%
Inventários	86 557	120 441	33 884	39,1%	0,2%
Clientes, devedores diversos e outras contas a receber	1 249 506	1 768 266	518 759	41,5%	3,3%
Depósitos em Instituições Bancárias	3 748 231	4 871 363	1 123 133	30,0%	9,1%
Diferimentos	32 469	43 444	10 975	33,8%	0,1%
Total Ativo	52 943 710	53 631 752			

ESTRUTURA DO ATIVO

No final do semestre, o Ativo Não Corrente representa 87,3% do ativo da CMN.

Os clientes, devedores diversos e outras contas a receber representam 3,3% do total do ativo à data de 30 de junho de 2021, e os depósitos em instituições bancárias representam 9,1%.

No quadro seguinte, evidenciamos as principais variações, ocorridas no 1º semestre de 2021, nas rubricas de imobilizado e amortizações:

Ativo Não Corrente	31/12/2020	Aumentos	Variação			30/06/2021
			Transf. Obras em curso	Transf. Entre contas	Abat/Alien/R eg.	
Ativos Fixos Tangíveis - Domínio Privado	47 252 906	82 071	0	0	(338 866)	46 996 111
Ativos Fixos Tangíveis - Domínio Público	22 057 958	4 613	0	0	0	22 062 571
Ativos Intangíveis	0	2 257	0	0	0	2 257
Ativos em Curso - Intangíveis	5 210 679	756 631	0	0	0	5 967 310
Tangíveis	318 327	318 327	0	0	0	318 327
	4 892 352	756 631	0	0	0	5 648 983
Amortizações Acumuladas	(33 495 258)	(1 027 516)	0	0	0	(34 522 774)
Outros Ativos Financeiros - M/L prazo SIMAS	1 658 122	0	0	0	0	1 658 122
Sub-total	42 684 408	(284 201)	0	0	(338 866)	42 163 597
Participações Financeiras	5 142 541					4 664 641
Total Ativo Não Corrente	47 826 949					46 828 238

ATIVO NÃO CORRENTE

Neste semestre, a CMN registou aumentos de Ativos Fixos Tangíveis, de domínio privado e domínio público, respetivamente, 82.071 euros e 4.613 euros. Os aumentos de investimentos em Curso ascenderam a 756.631 euros.

Continua em curso a identificação de todos os bens imóveis propriedade do Município, a atualização dos respetivos registos na Conservatória do Registo

Predial e nas Finanças bem como a comparação entre os respetivos valores de aquisição e os registos contabilísticos.

As áreas de terreno cedidas ao Município, para domínio público ou privado, no âmbito de alvarás de loteamento não estão refletidas contabilisticamente pela CMN.

Neste semestre a CMN, não considerou, contabilisticamente, qualquer obra como concluída, pois, de acordo com os serviços não foram elaborados os autos de receção provisórios.

No final do semestre, a CMN regista em Ativos em Curso o montante de 5.967.310 euros.

No mapa seguinte, apresentamos a decomposição dos Investimentos Financeiros e respetivos movimentos do semestre:

Ativo Não Corrente	31/12/2020	Aumentos	Variação Utilizações	Reduções	30/06/2021
Partes de Capital	4 770 488	48 918	0	(526 816)	4 292 590
FAM - Fundo Apoio Municipal	372 051	0	0	0	372 051
Sub-total	5 142 539	48 918	0	(526 816)	4 664 639
Total Ativo Não Corrente	47 826 947	(135 283)	0	(365 682)	46 828 237

Neste semestre, na sequência da adoção do método da equivalência patrimonial, a CMN registou perdas inerentes às suas participadas, no montante de 526.826 euros (SM da Nazaré) e aumentos de 48.918 euros (Nazaré Qualifica). De referir, que no caso dos SM da Nazaré o montante apurado teve por base demonstrações financeiras provisórias.

Decomposição das dívidas de clientes, devedores diversos e outras contas a receber:

Clientes, devedores diversos e outras contas a receber	31/12/2020	30/06/2021	Variação		Estrutura
			Valor	%	
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	170 617	168 520	(2 097)	(1,2%)	9,5%
Clientes Conta Corrente	25 018	23 313	(1 704)	(6,8%)	1,3%
Contribuintes Conta Corrente	515	735	220	42,8%	0,0%
Utentes Conta Corrente	26 240	26 642	402	1,5%	1,5%
Outras Contas a Receber	663 720	1 185 658	521 938	78,6%	67,1%
Outras Contas a Receber - Valores a regularizar	363 397	363 397	0	0,0%	20,6%
Total Dívidas de Terceiros	1 249 506	1 768 266			

**CLIENTES,
DEVEDORES
DIVERSOS E
OUTRAS
CONTAS A
RECEBER**

O valor registado na conta de devedores, no montante de 168.520 euros, corresponde, no essencial, ao valor da comparticipação a receber inerente à ALE, que deverá ser recebido apenas aquando da conta final da obra.

A CMN regista em outras contas a receber, na rubrica de acréscimos de rendimentos, o montante de 670.542 euros referente a impostos recebidos em julho de 2021, mas referentes a junho de 2021. Regista ainda, 307.900 euros, referente à venda de um lote da ALE, montante esse, recebido em julho de 2021.

Município apurou divergências entre os saldos reais das rubricas financiamentos bancários e locações financeiras e os registos contabilísticos que, à data de 30 de junho de 2021, ascendem a 363.397 euros. Este valor, não registou alterações em 2021 e, no essencial, corresponde às divergências apuradas, no final do exercício de 2015.

Decomposição de Depósitos em Instituições Financeiras:

Depósitos em Instituições Financeiras	31/12/2020	30/06/2021	Variação		Estrutura
			Valor	%	
Caixa	9 894	28 629	18 735	189,4%	0,6%
Caixa - Valores a Regularizar	170 919	170 919	0	0,0%	3,5%
Depósitos à Ordem	443 902	1 548 300	1 104 398	248,8%	31,8%
Depósitos à Ordem - Valores a Regularizar	3 123 516	3 123 516	0	0,0%	64,1%
Depósitos a Prazo	0	0	0	0,0%	0,0%
Total Dep. em Inst. Financeiras	3 748 231	4 871 363			

DISPONIBILIDADES

O Município apurou divergências entre os saldos reais das rubricas de caixa e bancos e os registos contabilísticos que, à data de 30 de junho de 2021, ascendem a 3.294.435 euros. Estes valores estão identificados no balanço da empresa como “valores a regularizar” e, correspondem a divergências apuradas, no essencial, no final do exercício de 2015.

Para além dos montantes supramencionados, a CMN evidencia na rubrica de disponibilidades o montante de 1.576.929 euros.

**PATRIMÓNIO
LÍQUIDO**

Decomposição Património Líquido:

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	31/12/2020	30/06/2021	Variação		Estrutura
			Valor	%	
Património/Capital	12 811 255	12 811 255	0	0,0%	66,1%
Reservas	307 676	307 676	0	0,0%	1,6%
Resultados Transitados	(2 131 568)	(1 740 774)	390 793	(18,3%)	(9,0%)
Ajustamentos em ativos financeiros	(4 805 718)	(4 805 719)	(1)	0,0%	(24,8%)
Outras Variações no Património Líquido	12 104 274	13 016 669	912 395	7,5%	67,2%
Doações	230 909	230 909	0	0,0%	1,2%
Transferências e Subsídios de Capital	11 873 365	12 785 760	912 395	7,7%	66,0%
Resultado Líquido	390 793	(216 463)	(607 256)	(155,4%)	(1,1%)
Total Património Líquido	18 676 713	19 372 644			

No final do 1.º semestre de 2021, o total global do Património Líquido, ascende a 19.372.644 euros, o que representa um aumento de 695.932 euros em relação ao final do exercício anterior.

No final do semestre, o montante de subsídios e participações ao investimento inerentes a obras, registado na conta de outras variações no património líquido, é de 11.948.010 euros. Neste exercício, a CMN transferiu para outros rendimentos e ganhos o montante de 249.917 euros, valor proporcional à depreciação dos investimentos participados.

No final do semestre, o valor do FEF Capital e artigo 35ª da Lei 73, de setembro de 2013, ascende a 774.386 euros, sendo que o valor recebido neste semestre foi de 268.164 euros.

Neste exercício, a CMN procedeu à transferência do resultado líquido do exercício anterior, no montante de 390.793 euros, para resultados transitados, dando cumprimento à proposta de aplicação de resultados, constante das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2020, aprovadas em Assembleia Municipal.

ESTRUTURA DO PASSIVO

À data de 30 de junho de 2021, o total do passivo da CMN ascendia a 34.259.107 euros, apresentando a seguinte estrutura:

PASSIVO	31/12/2020	30/06/2021	Variação		Estrutura
			Valor	%	
Passivo não corrente					
Provisões	1 880 177	30 177	(1 850 000)	(98,4%)	0,1%
Financiamentos Obtidos	28 893 745	30 992 585	2 098 840	7,3%	90,5%
Outras contas a pagar	835 868	965 076	129 208	15,5%	2,8%
Passivo corrente					
Financiamentos Obtidos	988 594	615 667	(372 926)	(37,7%)	1,8%
Estado	42 578	144 913	102 335	240,3%	0,4%
Fornecedores, credores e outras contas a pagar	1 626 036	1 510 688	(115 348)	(7,1%)	4,4%
Diferimentos	0	0	0	-	0,0%
Total Passivo	34 266 998	34 259 107			

A rubrica com mais peso no total do passivo é a de financiamentos obtidos que representa cerca de 90,5% do seu total.

As dívidas a fornecedores, credores e outras contas a pagar representam 4,4% do passivo da CMN.

PASSIVO NÃO CORRENTE

Decomposição do passivo não corrente:

Passivo Não Corrente	31/12/2020	30/06/2021	Variação	
			Valor	%
Provisões	1 880 177	30 177	(1 850 000)	(98,4%)
Financiamentos Obtidos	28 893 745	30 992 585	2 098 840	7,3%
Outras contas a pagar	835 868	965 076	129 208	15,5%
Total Passivo Não Corrente	31 609 790	31 987 838		

No final do 1º semestre, o capital em dívida relativo a empréstimos bancários ascende a 31.608.253 euros. Tendo em conta o seu prazo de exigibilidade, 30.992.585 euros correspondem a passivo não corrente e 615.667 euros a passivo corrente.

Na rubrica de outras contas a pagar, a CMN regista “retenções recebidas de terceiros”, no montante 965.076 euros. Está ainda em curso a comparação entre as garantias/cauções registadas e o montante das contas bancárias consignadas inerentes a estas retenções.

No final do semestre, a dívida do financiamento decorrente do PAM - Programa de Ajustamento do Município, evidenciado no passivo não corrente é de 30.095.776 euros e no passivo corrente de 427.388 euros e são coincidentes com o respetivo plano de serviço da dívida. Neste semestre, na

sequência da conclusão do processo judicial com a Ecoambiente, o financiamento do PAM aumentou em 1.850.000 euros, porquanto o referido processo estava previsto naquele plano como passivo contingente.

Neste semestre, a CMN, pagou encargos de financiamento do PAM, no montante de 256.600 euros.

No quadro seguinte são evidenciados os movimentos ocorridos, neste semestre, na rubrica de provisões:

Provisões para Riscos e Encargos	31/12/2020	Variação do Exercício			30/06/2021
		Aumentos	Reduções	Utilizações	
Provisões Proc. Judiciais	1 880 177	0	0	(1 850 000)	30 177
Participações Financeiras	0	0	0	0	0
Total Provisões para Riscos e Encargos	1 880 177	0	0	(1 850 000)	30 177

De acordo com o SNC-AP deve ser constituída uma provisão quando seja provável um exfluxo de recursos.

As provisões evidenciadas no final do exercício de 2020, tiveram por base a classificação de “provável” ou “não provável, atribuída a cada processo pelo seu departamento jurídico.

Esta análise será efetuada apenas final do exercício de 2021 e, nessa data, serão ajustadas as provisões para riscos e encargos evidenciadas.

Neste semestre, na sequência da conclusão do processo judicial com a Ecoambiente, a CMN procedeu à utilização da provisão anteriormente constituída, no montante de 1.850.000 euros.

O quadro seguinte, apresenta a decomposição do passivo corrente:

PASSIVO	31/12/2020	30/06/2021	Variação		Estrutura
			Valor	%	
Passivo Corrente					
Fornecedores	303 306	367 725	64 419	21,2%	16,2%
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	-	0,0%
Estado e outros entes públicos	42 578	144 913	102 335	240,3%	6,4%
Financiamentos obtidos	988 594	615 667	(372 926)	(37,7%)	27,1%
Fornecedores de Investimento	586 357	96 714	(489 643)	(83,5%)	4,3%
Outras Contas a pagar	736 373	1 046 250	309 877	42,1%	46,1%
Total Passivo Corrente	2 657 208	2 271 269			

**PASSIVO
CORRENTE**

Comparativamente a dezembro de 2020, o passivo corrente regista um decréscimo de 14,5%.

No quadro seguinte apresentamos a decomposição das outras contas a pagar:

Outras Contas a pagar	31/12/2020	30/06/2021	Variação		Estrutura
			Valor	%	
Credores por acréscimos de gastos	675 992	817 517	141 525	20,9%	78,1%
Outros	60 381	228 732	168 352	278,8%	21,9%
Total Outras Contas a Pagar	736 373	1 046 250			

A rubrica de credores por acréscimo de gastos corresponde, no essencial, ao seguinte:

- 1) Especialização de 50% dos gastos com férias e subsídios de férias, a pagar em 2022, bem como 50% do subsídio de Natal, a pagar em 2021, no montante de 464.027 euros;
- 2) Consta ainda no saldo desta rubrica, o montante de 281.398 euros, referente à estimativa de férias e subsídio de férias efetuada no exercício anterior mas ainda não utilizada;
- 3) Dando cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios, a rubrica de outros acréscimos de gastos, inclui ainda o total de 72.092 euros, correspondente à especialização de um conjunto de gastos, nomeadamente iluminação pública, encargos de cobrança, e transferência de IMI para as freguesias.

3.1.2 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos Operacionais:

Rendimentos Operacionais	30/06/2020	30/06/2021	Variação		Estrutura
			Valor	%	
Impostos, contribuições e taxas	3 385 870	4 064 102	678 232	20,0%	57,9%
Vendas	60 426	79 376	18 950	31,4%	1,1%
Prestações de serviços e concessões	41 406	35 312	(6 094)	(14,7%)	0,5%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	2 162 755	2 251 468	88 713	4,1%	32,1%
Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0	48 918	48 918		0,7%
Outros rendimentos	567 187	544 745	(22 442)	(4,0%)	7,8%
Rendimentos e Ganhos Totais	6 217 645	7 023 922			

RESULTADOS OPERACIONAIS

Dos rendimentos e ganhos operacionais destacam-se as rubricas de “Impostos, contribuições e Taxas” e “Transferências correntes e Subsídios à exploração Obtidos”, que representam, 57,9% e 32,1%, respetivamente, destes rendimentos.

Verificamos que, a CMN, procedeu adequadamente ao registo dos impostos diretos e IMT referentes ao primeiro semestre, no montante de 3.858.132 euros, tendo procedido corretamente à especialização dos impostos recebidos em julho, mas referente a junho, no montante de 670.542 euros, como já referido neste relatório.

No 1.º semestre de 2021, a CMN registou na rubrica de *prestações de serviços* o montante de 35.312 euros correspondente, na sua maioria, a cemitérios e serviços sociais, recreativos, culturais e desporto.

Pudemos constatar que, no 1.º semestre de 2021, a CMN registou adequadamente os valores das transferências do Orçamento de Estado, no montante de 1.788.618 euros.

Foram ainda registadas, na rubrica de *Transferências e Subsídios Obtidos*, o montante de 423.895 euros, pagas pelo Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.(IGeFE), referente a diversas participações inerentes à atividade escolar, relativamente à gestão do pessoal não docente das escolas básicas bem como da transferência de competências, no âmbito do DL 21/2019, de 30 de janeiro. O montante referido inclui 75.824 euros correspondente à especialização do valor a receber de férias, subsídios de férias e 50% do subsídio de Natal, referente ao pessoal não docente.

Para a rubrica de “outros rendimentos e ganhos”, conforme se apresenta quadro abaixo, podemos verificar o seguinte:

Outros rendimentos e ganhos	30/06/2020	30/06/2021	Variação		Estrutura
			Valor	%	
Rendas em propriedades de investimento	29 293	22 429	(6 864)	(23,4%)	4,1%
Correções relativas a períodos anteriores	53 739	0	(53 739)	(100,0%)	0,0%
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	175 840	249 917	74 078	42,1%	45,9%
Outros	308 315	272 398	(35 917)	(11,6%)	50,0%
Rendimentos e Ganhos Totais	567 187	544 745			

Nos termos do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em baixa tensão (BT), no decorrer deste exercício, a CMN registou, como rendimentos de propriedades de investimento, rendas de concessão, debitadas à EDP Distribuição, referente ao 1.º semestre de 2021, no montante de 185.160 euros.

Conforme já referido no presente relatório, neste semestre, a CMN transferiu para rendimentos relacionados com subsídios ao investimento, no montante de 249.917 euros, valor este proporcional às amortizações dos bens financiados.

Gastos Operacionais:

Gastos operacionais	30/06/2020	30/06/2021	Variação		Estrutura
			Valor	%	
Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	16 782	526 816	510 034	3039,1%	7,5%
CMVMC	46 608	32 608	(14 000)	(30,0%)	0,5%
Fornecimentos e serviços externos	1 361 825	1 696 335	334 510	24,6%	24,3%
Gastos com Pessoal	2 269 086	2 451 756	182 670	8,1%	35,1%
Proviões (aumentos)	43 962	0	(43 962)	(100,0%)	0,0%
Transferências e subsídios concedidos	584 722	1 109 700	524 977	89,8%	15,9%
Outros gastos	460 045	147 541	(312 504)	(67,9%)	2,1%
Gastos de depreciação e amortização	879 465	1 027 516	148 051	16,8%	14,7%
Gastos e Perdas Totais	5 662 496	6 992 273			

As rubricas com maior peso na estrutura de gastos operacionais são: Gastos com o Pessoal, Fornecimentos e Serviços Externos, Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Gastos de Depreciação e Amortização, representando, respetivamente, 35,1%, 24,3%, 15,9% e 14,7%, do total dos gastos operacionais.

No período em análise, a CMN registou em fornecimentos e serviços externos um total de 1.696.335 euros, sofrendo assim um acréscimo de 24,6%. Este acréscimo está relacionado, no seu essencial, com a situação pandémica “COVID 19”. No 1º semestre de 2020, como é do conhecimento de todos, devido ao confinamento, verificou-se o encerramento das escolas e a não realização de eventos desportivos e culturais. Já no 1º semestre de 2021, verificou-se o inverso, o que levou a um aumento dos gastos quando comparado com o período homólogo.

Pudemos concluir que, à data de 30 de junho de 2021, a CMN, regra geral, procedeu, adequadamente à especialização dos gastos com fornecimentos e serviços externos.

A rubrica gastos com o pessoal representa 35,1% do total dos gastos operacionais e, relativamente ao período homólogo, evidencia um aumento de cerca de 8,1%. Este aumento, resulta não só do incremento do número de funcionários, bem como da alteração de posicionamento remuneratório obrigatório (descongelamento das progressões) e do aumento do salário mínimo nacional.

De referir que o aumento do pessoal não docente, na sequência da transferência da delegação de competências das escolas, teve como consequência um incremento do número de funcionários do Município.

O Município, no final do 1.º semestre de 2021, dispunha de 243 funcionários o que representa um aumento de 25% relativamente ao período homólogo (194 funcionários). Neste semestre, as entradas e saídas de funcionários foram de, respetivamente, 10 e 6 funcionários.

Tendo por base quer os contratos programa quer os protocolos celebrados com as mais diversas entidades, pudemos concluir que, regra geral, a CMN procedeu adequadamente à especialização dos gastos com Transferências e Subsídios Correntes.

De entre os gastos inerentes aos protocolos/contratos programa, salientamos, pela sua relevância, os seguintes:

- 1) Transferências para a Nazaré Qualifica, no montante global de 340.400 euros, no seguimento dos contratos programa da Educação, CAR surf e Cultura e Eventos celebrados;
- 2) Transferências no âmbito da colaboração com a PRO BEACH SOCCER, SL, na realização de eventos desportivos, no montante global de 280 mil euros;

**RESULTADOS
FINANCEIROS**

3) Transferência para os Serviços Municipalizados da Nazaré, no montante de 120.459 euros, como compensação do desconto de faturação da água em 3 meses de 2020.

No final deste semestre a CMN regista gastos de depreciações, no montante de 1.027.516 euros.

No quadro seguinte, apresentamos os resultados financeiros do período:

Gastos Financeiros			Estrutura	Redimentos Financeiros			Estrutura
	30/06/2020	30/06/2021			30/06/2020	30/06/2021	
Juros de financiamentos obtidos	270 524	265 358	100,0%	Juros Obtidos	32	0	0,0%
			0,0%	Dividendos obtidos	7 917	17 247	100,0%
Total	270 524	265 358		Total	7 949	17 247	
Resultados Financeiros	(262 575)	(248 111)					

Os resultados financeiros, no final do 1.º semestre 2021, são negativos, no montante de 248.111 euros.

Os juros de financiamento obtidos são, em 97%, resultantes do financiamento do FAM.

**EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL**

3.1.3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Demonstração da Execução Orçamental da Receita

No quadro seguinte é apresentado o mapa de execução da receita da CMN referente ao 1.º semestre de 2020 e de 2021.

Mapa Execução da Receita							
Período	Descrição	Dotações Corrigidas	Estrutura	Receitas por cobrar no início do ano	Receita Cobrada Líquida	Estrutura	Grau de Execução Orçamental
1º Semestre 2021	Capital	7 722 677	36%	0	3 015 072	31%	39,0%
	Correntes	13 900 592	64%	337 399	6 599 377	69%	47,5%
	Saldo Gerência	0	0%	0	0	0%	0,0%
Total		21 623 269	100%	337 399	9 614 449	100%	44,5%
1º Semestre 2020	Capital	7 615 667	37%	0	1 089 672	15%	14,3%
	Correntes	13 212 670	63%	1 222 177	6 010 747	85%	45,5%
	Saldo Gerência	0	0%	0	0	0%	0,0%
Total		20 828 337	100%	1 222 177	7 100 420	100%	34,1%

No final do 1.º semestre de 2021, o peso relativo das receitas de capital, representam 31% das receitas brutas cobradas.

O grau de execução da receita é de 44,5%, o que compara com a execução de 34,1%, verificada em igual período de 2020.

Demonstração da Execução Orçamental da Despesa

No próximo quadro, é apresentado o mapa de execução da despesa da CMN referente ao 1.º semestre de 2020 e de 2021.

Mapa Execução da Despesa							
Período	Descrição	Dotações Corrigidas	Estrutura	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas	Estrutura	Grau de Execução Orçamental
1º Semestre 2021	Capital Correntes	6 644 176	31%	3 741 581	1 491 240	17%	22%
		14 979 093	69%	13 021 049	7 129 697	83%	48%
Total		21 623 269	100%	16 762 630	8 620 936	100%	40%
1º Semestre 2020	Capital Correntes	7 234 622	36%	4 521 695	1 609 352	25%	22%
		12 824 170	64%	11 299 170	4 878 114	75%	38%
Total		20 058 792	100%	15 820 865	6 487 466	100%	32%

No 1.º semestre de 2021, o grau de execução da despesa total é de 40%.

Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

No quadro seguinte apresentamos o mapa de execução do PPI da CMN referente ao 1º semestre de 2020 e de 2021.

Mapa Execução do PPI				
Período	Montante Previsto		Montante Ano	Nível de Execução
	Ano	Anos Seguintes		
2021	5 862 166	10 014 741	1 374 855	23%
2020	6 884 594	11 869 905	2 546 078	37%

O nível de execução, deste 1.º semestre de 2021, é de 23%.

3.2. NOTA FINAL

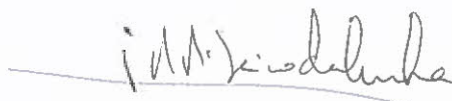
CONCLUSÃO GLOBAL

Com base na revisão efetuada, não tomámos conhecimento de quaisquer situações que afetem, de forma significativa, a situação económica e financeira evidenciada nas demonstrações financeiras da Câmara Municipal de Nazaré, relativas ao 1º semestre de 2021, e na informação financeira adicional, bem como da sua conformidade com os princípios contabilísticos aplicáveis

Agradecemos toda a colaboração prestada pelo Executivo Camarário e serviços do Município e estamos ao vosso dispor para qualquer esclarecimento julgado necessário.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Miraflores, 23 de novembro de 2021



José Maria Ribeiro da Cunha

Em representação de:

“JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda.”